

A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

ALCINDO DIAS PEREIRA

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia Minerva Vimaranesense: Rua 31 de Janeiro, 133—GUIMARÃES

O Exército de um apostolado

Grande ou pequena, a Imprensa em todos os países com direito a dizerem-se civilizados por possuírem, de facto, uma civilização, goza do respeito e da consideração elevada que merece, tanto por parte do público em geral, como por parte das mais diversas autoridades, incluindo o próprio Estado. Exemplos de que assim é, não faltam. E uma vez que contra factos não há argumentos, eu vou citar-lhes alguns factos, apontar-lhes alguns exemplos que bem podem prestar-se a elucidativos e oportunos confrontos.

Em fins de Abril de 1930 três jornais de Londres anunciaram a prisão do célebre chefe agitador indiano Ghandi para o dia 1 de Maio seguinte.

Esta notícia incomodou o Governo que estava interessado em manter o segredo daquela captura. Por isso mesmo, embora um pouco precipitadamente, o presidente do ministério inglês, baseando-se na lei respeitante a segredos de estado, ordenou que as competentes autoridades policiais procurassem obrigar os directores dos referidos quotidianos a declararem a origem da antecipada informação.

Todos eles se recusaram, porém, a obedecer a semelhante intimação, garantindo, todavia, que não houvera indiscreção cometida por qualquer funcionário público.

A Associação das Empresas Jornalísticas acudiu também imediatamente a protestar, representando o procedimento do governo lesivo da liberdade de Imprensa e reclamando a urgente modificação dos artigos da lei supracitada por considerá-los contrários ao exercício inofensivo da mesma liberdade e ao conceito que, das suas responsabilidades como dos seus direitos, tem uma democracia moderna. Simultaneamente a opinião pública britânica manifestou-se, com clareza em sinal de aprovação unânime a esta atitude.

Outro facto.

Meses depois, em Novembro seguinte, o vencedor da revolução brasileira, feito Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, recebia os representantes da Imprensa do seu país aos quais declarava agradecer a maneira como ela acolhera os revolucionários e os seus actos, acrescentando que atenderia sempre a todas as observações que lhe fizessem os jornais, por considerá-los um eco verdadeiro da opinião pública. Lembro-me de que foi incluída num telegrama da Agência Americana que li esta nota que assim deveria considerar-se insuspeita até para os próprios que discordavam da política do triunfador de então.

Um outro exemplo ainda.

Em fins de Março ou começos de Abril deste ano já, os jornais portugueses publicaram um telegrama que mostra bem até que ponto e contra que altas influências se respeita em Cuba o pleno

CONSIDERAÇÕES OPORTUNAS

Uma atitude grande e nobre

Lêmos aquêlê recente decreto que vem ampliar uma vez mais o prazo e a esfera do recenseamento eleitoral. A intenção do Governo afigura-se-nos sobremodo simpática, uma vez que procura aproveitar os que — sabendo ler e escrever devidamente — não se hajam, à míngua de qualquer exame, recenseado ainda. O móbil dêste decreto — repetimos — afigura-se-nos simpático. Mas — e para que encobrir o nosso pensamento numa hora de depuramento social?! — a nossa consciência Republicana impõe-nos uma atitude que aqui, no cantinho humilde dêste jornal provinciano, desejamos focar com precisão.

Só em 25 de Setembro próximo, são definitivamente encerrados os trabalhos do recenseamento, inclusos todos os seus períodos preparatórios. Ora, de hoje até lá, correm nada menos de 75 dias... e — a ajuizar por Guimarães — prescindir-se-ia de tamanho espaço de tempo. De facto, o que deveras pretendemos é ir — o mais rapidamente possível — para as eleições. As nossas alas estão prontas e enfastia-nos a simples ideia duma prorrogação. Exteriorizado êste pensamento, que é — supomos nós — o de todos os eleitores de Portugal, outro, não menos palpitante, se nos oferece ao gume da observação. Sendo certo — como aliás é notório — que o Governo da Ditadura encara o problema com lealdade, sem subterfúgios nem propósitos reservados, pergunta-se: — **porque se nos não restituem desde já as liberdades que, há cinco anos e pico, estão suspensas?** O momento é de ponderação. E não nos move o intuito de bolsar opiniões ao desbarato. Só no extenso campo da Liberdade podemos agitar as nossas ideias. Que são generosas e puras.

Entende-se dêste modo a propaganda. Esperamos uma Liberdade que não esteja condicionada — como sugere o "Diário da Manhã", — a esta ou àquela restrição. Porque nem êste jornal poderá negar-nos razão, se lhe dissermos: **queremos a máxima Liberdade ligada à máxima responsabilidade.** Não por nós, que temos a noção exacta dos próprios deveres. De outro modo, nos é lícito dizer: o pensamento da Liberdade é demasiado grande para submeter-se ao filtro duma ampulheta. Assim como é — sem equívocas interpretações — ou existe ou não. E, coerentes com os nossos princípios, achamos demasiado horas de encetar a propaganda eleitoral por essas aldeias, onde braveja ainda o espírito rude. O nosso intento é humanitário: penetrar a alma simples do aldeão das verdades do século, imbuí-la de amor à Liberdade, integrá-la na Democracia. É uma cruzada que se nos impõe empreender pelo comício e pela imprensa. Em suma: cumpre-nos fazer de cada cabouqueiro um cidadão consciente, cioso dos seus direitos através de tôdas as emergências. E o Governo pode e deve auxiliar-nos nesta obra de republicanização. De Democracia e civismo.

Dito isto — porque a Ditadura não tem ilusões sobre a hora que passa — lembramos, na mais expontânea das confissões: **a par das liberdades concedidas, é óbvio que — das altas esferas governamentais — sejam marcadas imediatamente as eleições. Que devem realizar-se tôdas (J. de F., «Município e Congresso») com o intervalo máximo de 8 a 10 dias... e em seguida ao recenseamento.** Porque o que mais nos estimula é a reconquista da Constituição e não tememos, de forma alguma, o acto eleitoral... scientes como estamos da nossa própria força.

Porisso que estranhámos a demora dessas liberdades indispensáveis à nossa propaganda.

Porisso que estranhámos — prontos já os nossos cadastros eleitorais — que ainda se não diga a Portugal em que altura do ano deve proceder-se ao acto solene das eleições.

O Governo adivinha a ansiedade da nossa alma. Não sabemos se depois do recenseamento ainda nos espera outro prazo. E — longe da gente molestar a sinceridade da Ditadura — apoquentamos o ardoroso desejo de reentrarmos na Democracia. — Quando se fazem, pois, as eleições?

Contra a aleivosia, veladamente intencional, de alguma imprensa de grande ária, capacitou-se a Ditadura das nossas disposições ordeiras. Desejamos a normalidade constitucional a todo o transe. Aceitamos as condições de adquiri-la. E, sem designios inconfessáveis, marchamos de frente erguida, direitos ao seio do problema... Sem ilusões capitosas nem receios infundados. Aguarda-nos o combate oferecido pela União Nacional. Mas, todo o País sabe que foi contra ela mesmo que nos juntamos em bloco. Para batê-la, dentro da mais absoluta Legalidade, em plenas urnas.

Mas... inquieta-nos esta pergunta insolente: — quando se fazem as eleições? — H. BELÉM.

exercício profissional da Imprensa. Diziam de Havana, nesse telegrama que o Supremo Tribunal de Justiça havia por unanimidade, considerado inconstitucional o decreto do Presidente da República que suprimira temporariamente o grande diário «El Mundo». Acrescentava o mesmo telegrama ter causado esta decisão uma impressão profunda, não só por contrariar um acto do Chefe do Estado como também pelo desassombro de uma atitude, não apenas favorável à liberdade de Imprensa, mas ainda constituindo uma salvaguarda da independência do poder judicial.

É bem certo, pois, que contra factos nada valem os argumentos... — *Edmundo de Oliveira.*

Lêde e propagai a "A Velha Guarda,"

Posturas Camarárias

Existe — ou deve ainda existir — um Código de Posturas, as quais em outros tempos se cumpriam. Hoje — que nada se faz nem nada se cumpre na nossa terra — parece ter sido abolido o referido Código — pelo menos assim o julgamos a avaliar por o que se passa — e tudo corre *sem rei nem roque*. Os serviços são feitos de tal maneira, que ficamos com a impressão de que até mesmo os 7 pecados mortais — já mudaram de rumo. Por outro lado, dizem-nos que as tabernas são bem policiadas, e, a ser assim, somos obrigados a acreditar na existência dos agentes de segurança pública, que, em certos casos, mais valia classificá-los de agentes da companhia do «não te

rales». Mas vamos ao interesse da nossa questão:

Existe ou não existe um Código de Posturas?

Existe ou não existe um Posto de Polícia?

Existe ou não existe quem superintenda no que se está a passar?

Em caso afirmativo, de quem será a culpa?

Júlio António Cardoso

De passagem para o Gerez, onde vai fazer o seu habitual tratamento, esteve nesta cidade e deu-nos o prazer da sua visita, êste nosso querido amigo e velho democrata, antigo vereador da Câmara Municipal de Guimarães, que já há alguns anos fixou residência em Lamego.

O Directório da Aliança Republicano-Socialista deliberou há dias — reunido em sessão ordinária — solicitar do Governo a conclusão urgente dos necessários inquéritos sobre os falados escândalos dos bairros sociais, transportes marítimos, depósito de fardamentos e muitos outros que vêm servindo de isca a uma baixa campanha difamatória contra os Partidos e Individualidades Republicanas. Registamos aqui o gesto alevantado dos Homens da A. R.-S.

Lamentamos entretanto que certa imprensa se faça eco pouco escrupulosamente das mais disparatadas alusões. A Ditadura fez-se, segundo dizem os que a apoiam, para corrigir os *desmandos e escândalos* da administração dos Políticos. E, entre muitas calúnias sem nome, citavam-se as que acima enumeramos. Ora já vamos a caminho dos seis anos de Governo Militar — contra a expectativa de muita gente — nada se apurou de verdade em detrimento da honestidade e boa fé dos vários gabinetes constitucionais.

Esta é a verdade nua, embora crua, dos factos. O Governo da Ditadura tem a obrigação moral de informar a Nação do que há sobre os escândalos. Deve fazê-lo sem hesitações porque «quem não deve não teme». E trespassa-nos a mais viva das convicções sobre a imunidade dos Partidos que andam sendo achincalhados por todos os aventureiros de triste figura. É possível que então se faça luz onde tudo é trevas... e se identifique o monarquismo de alguns «pseudo-republicanos» que se rojam miseravelmente aos pés de tôdas as situações. O Governo deve repor a verdade no seu pé. Porque, dizia António José de Almeida: **onde está um Republicano está um homem de bem.**

E esta expressão resume um mundo de justiça. O Directório da A. R.-S. tomou uma atitude nobre... porque personifica a consciência Republicana e urge dar a mais ampla satisfação a todos os Republicanos, que vêm sendo ultrajados na pessoa dos seus Estadistas. Mesmo para que certa imprensa, inclusivé o «Diário da Manhã», animada dum zelo demasiado em prol da Ditadura, não vá ao extremo de brincar com coisas sérias: **a honra dos outros.**

A Ditadura deve proceder a inquéritos e dizer ao País o que há. Que da calúnia alguma coisa fica e... os Políticos são honrados...

XYZ.

Júlio Mendes

Para Extremoz, onde foi colocado no Batalhão de Ciclistas n.º 1, partiu o nosso presado amigo e correligionário 2.º sargento Sr. Júlio Mendes.

Ao querido amigo, muito boa viagem e felicidades.

CIDADÃOS!

Tendes na vossa presença um vastíssimo plano de realizações democráticas que urge conhecerdes para propagardes. E' a nova construção da sociedade, de harmonia com as modernas correntes sociais. Lêde e medita!

Quando repassados pela essência dessa doutrina sã, fazei que outros a assimilem lendo o vosso jornal. Não pareis em meio do caminho... que o número de hoje é para circular. A A.R.-S. encarna o sentimento cívico da Pátria e vós deveis servir a garantia das vossas liberdades.

Cidadãos: — a Democracia carece do vosso esforço unânime.

Sede coerentes com o momento que passa. A história louvará o vosso gesto e Portugal ficará devendo-vos um alto e inolvidável empreendimento patriótico. Ordreiramente, para que não assaquem sobre nós propósitos subversivos, lêde e propagai, o Manifesto da A. R.-S.

Ei-lo:

Pelo seu directório, vem a Aliança Republicano-Socialista como organismo que aspira, no actual momento histórico, a servir no campo da democracia a actividade política nacional, apresentar-se lealmente ao país e dizer-lhe como e porque se constituiu, qual o seu pensamento e em que termos espera exercer a sua acção construtiva.

Com plena delegação de todos os partidos e grupos políticos republicanos e do Partido Socialista e a colaboração de individualidades que, embora independentes, podem considerar-se representativas de certas modalidades da opinião republicana, surgiu esta força política para que, finalmente, tivesse forma e pensamento, tantas vezes expresso como necessidade premente da união dos democratas portugueses em volta da sua ideologia comum, e para a defesa, no estrito campo da legalidade, das legítimas pretensões a que tal ideologia conduz. O aparecimento desta força, de sincera conjunção, pareceu a todos extremamente oportuno, no momento em que se anuncia que vai a Nação ser chamada a pronunciar-se perante as urnas.

Ms, porque o acto das eleições pressupõe o pleno exercício das liberdades públicas, um período de prévia propaganda e a certeza das garantias individuais correspondentes àquela propaganda e liberdades, a essas circunstâncias indispensáveis tem de subordinar-se a intervenção no acto eleitoral de todos aqueles portugueses de quem temos o direito de esperar que atendam as nossas exortações.

Na persuasão de que essas liberdades e garantias serão asseguradas é que o Directório da Aliança Republicano-Socialista não duvidou aconselhar, desde a primeira hora, os seus correligionários, a que concorressem ao recenseamento eleitoral em tôdas as suas operações, embora divergindo doutrináriamente das condições em que esse recenseamento é efectuado.

Incitando a que venham connosco quantos conunguem no ideal político que é o nosso, no campo das eleições ou em qualquer outro campo de luta legal que nos propomos, os princípios que nos norteiam serão aqueles em que se baseia o pensamento democrático da actualidade, e constituem a ideologia da Aliança Republicano-Socialista, a qual deste lugar importa, pois, que apresentemos a face do país.

O nosso ideário opômo-lo, sem reservas, ao dos nossos adversários políticos. Ficará o país conhecendo-os a ambos; ele que os coteje e que decida.

O cidadão é a realidade política fundamental

I — Só concebemos a Nação como uma comunidade de cidadãos — agregado de indivíduos

conscientes e autónomos, ligados pela afinidade dos interesses gerais. Dentro dela, o cidadão é a realidade política fundamental. Todas as instituições, da família ao município e ao sindicato, toda a acção corporativa, criam-se para a valorização do indivíduo, e este não se dilui na sociedade, antes afirma, em regime de verdadeira democracia, a sua personalidade com força crescente.

Todos os núcleos sociais valerão o que valerem os indivíduos — todos os corpos de acção política o que valerem os cidadãos. E' a estes que cumpre exaltar, melhorando-os gradual e sucessivamente; e, na vida política da Nação, o pensamento dominante deverá ser, portanto, numa visão nitidamente individualista, assegurar progressos incessantes à valorização individual.

O princípio representativo

II — Ao conceito do Estado corporativo opomos, em consequência, o conceito do Estado representativo da cuminidade dos indivíduos, destes emanando por um acto da razão, assim como a autoridade que ao mesmo Estado assiste emerge do consenso geral dos cidadãos, — nasce e perdura, como afirmação da própria consciência colectiva.

Não é uma autoridade que se impõe por si mesma, mas sim uma autoridade que é aceita como disciplina necessária, a qual, sempre que esteja fora desta indole, não exerce provavelmente acção eficaz na vida social.

Sobre o conceito de liberdade

III — O indivíduo, como valor social, só pode afirmar-se em regime de liberdade. Só o ser humano livre pode ser um cidadão.

Esta liberdade, à luz do pensamento e das aspirações democráticas dos nossos dias, tem um triplice significado: requiere o pleno uso dos consagrados direitos de expressão do pensamento e de uma acção política ordeira, requiere desfago económico, como garantia de independência e presuppõe um mínimo de cultura, como garantia de uma acção consciente. Em termos tais, que todo o Estado moderno que não procurar, porfiadamente e por todos os meios ao seu alcance, a gradual e sucessiva emancipação dos espíritos, educando e instruindo, e ao mesmo tempo a emancipação económica, lutando por elevar o nível geral do bem estar colectivo, terá da liberdade uma errada visão e criará revoltados ou inabéis, onde se require que valores reais e elementos construtivos, para a obra comum.

Como deve ser entendida a igualdade

IV — O mesmo conceito anteriormente enunciado conduz, por dedução lógica, a enfrentar o princípio da igualdade. Esta nunca pode ser considerada senão por uma crítica malévola, no sentido de fazer tábua rasa das desigualdades naturais, mas tem, sim, que ser tomada no sentido de promover o Estado com a sua intervenção, que a todos os indivíduos venham a ser oferecidas condições quanto possível iguais de desenvolvimento, para o potencial de capacidades que cada um deles encerre dentro de si.

Nem é outro o significado da abolição dos privilégios, e é também por esta razão moral que os Estados democráticos se lançam abertamente na generalização dos processos de cultura e de elevação do nível do bem estar tornando-os utilizáveis para o maior número.

A participação do indivíduo no mecanismo colectivo

V — Assim dignificados os indivíduos, e incessantemente exal-

tada a sua personalidade, carece de ser cada dia mais forte a respectiva participação na vida do Estado.

A afirmação do sufrágio universal, a partir do recenseamento obrigatório, é uma das formulas basilares deste conceito, para a eleição dos representantes do povo no organismo-sede da soberania nacional — o Parlamento. Outra dessas formulas é o direito de *referendum*, a instituir e usar em circunstâncias especiais.

Preconiza-se um critério amplamente descentralizador

VI — Mas se, no Parlamento, o grosso dos indivíduos, a grande maioria dos cidadãos, só por delegação figuram na administração pública e para exame dos problemas de interesse geral, cumpre que, directamente, eles intervenham na vida colectiva, seja através o funcionamento dos órgãos locais e regionais, com o fortalecimento da vida municipal, segundo um critério acentuadamente descentralizador, graduado consoante o estado de avanço dos diversos grupos populacionais, seja através o funcionamento dos órgãos de classe, numa vida sindical por igual intensa e superiormente orientada.

Município e Sindicato são escolas de civismo, educadoras do cidadão e como tais têm de ser considerados. Importa apenas que se não veja no sistema, — repetimos — uma forma de diluir a personalidade, mas de valorisá-la e enobrecê-la, com a consciencia dos mútuos deveres que impendem sobre os membros activos da mesma sociedade.

Capital, trabalho, produção

VII — O recurso à concentração sindical e à organização corporativa pode mesmo acontecer que seja o Estado a suscitá-lo, como uma das formas a resolver, pela cooperação, o problema económico do maior bem estar geral. Assim visará o Estado, por meio da corporação, os indivíduos; mas é em nome destes, para o seu benefício, e sem atentar contra o regime da liberdade individual, que poderá assistir-lhe o direito de intervenção superior na vida corporativa. E cuidará também o Estado, com o mesmo objectivo de melhoria económica, de conduzir cada vez mais o capital à sua função específica e única de servir o trabalho, servindo a produção.

O Parlamento, organismo de equilíbrio político

VIII — O Parlamento é o organismo político por excelência, de política geral ou nacional, que tem de encarar, em cada caso, o interesse colectivo e de saber encontrar o justo equilíbrio entre os interesses parciais que se entrecruzam, nas diversas circunstâncias occorrentes. Como tal, tem que constituir-lo fundamentalmente representantes políticos que alcancem o interesse geral.

A política é um mistér com bases cada vez mais sólidas no campo científico, que requiere escola, um longo aprendizado, uma forte experiência da vida e dotes especiais para exercê-lo.

Os bons políticos são tão precisos a um país como os bons técnicos de qualquer técnica, os profissionais hábeis de toda a profissão. E é nestes termos que a política vai, tão naturalmente, para os políticos, como o exercício dos vários mesteres de interesse social vai a quem estuda e se prepara, em cada caso, para exercê-los condigna e utilmente.

Da necessidade da organização partidária

IX — Como expressão do pensamento político e, quer como escola de aprendizagem, quer

como forma prática de actuação e para a selecção de valores, a vida dos partidos políticos é indispensável. Que não sejam profundamente distintas as ideologias de cada um; basta que os sejam os métodos porque entendem actuar e diversos os respectivos sentimentos de oportunidade, para que, existindo a firmá-los fortes correntes de opinião, a vida de vários partidos seja lógica, útil e necessária mesmo.

Por esta razão reivindicamos, sem a menor hesitação, à face do País, o reconhecimento deste conceito da absoluta necessidade de organizações partidárias. O partido único conduz manifestamente a fórmulas dictatoriais de governo.

A harmonia entre o Legislativo e o Executivo

X — Da circunstância de se reiterar ao parlamento a sua primordial função de organismo-sede da soberania nacional, não se infere que se defenda que ele possa ser um embaraço na orgânica do Estado, para os efeitos da administração confiada, de plena posse, ao Poder Executivo, como tão pouco deve inferir-se da afirmação da sua constituição por elementos políticos, representantes da opinião nacional, a seleccionar, aliás com o maior rigor, que se não preconize a intervenção das classes, das profissões, dos órgãos corporativos na administração geral do Estado.

O regime parlamentar dos nossos dias marca, cada vez mais, a tendência para delimitar às atribuições do Parlamento, perante as exigências da administração; e desta tendência sai o Executivo sucessivamente mais liberto, mais independente e com maiores garantias da estabilidade e daquela continuidade de acção que é indispensável ao exercício útil da função governativa.

Ao Parlamento, assim o entendemos, tem que ser confiadas funções essencialmente normativas e fiscalizadoras.

Ao Executivo pertence a efectivação das leis e a sua regulamentação, e, dentro das normas fixadas pelo Parlamento no que se respeita às receitas e cingindo-se às verbas globais de despesas pelo parlamento aprovadas, exercer a acção financeira, de fomento, de civilização, de cultura e de defesa do território, que a administração e o governo da nação exigirem.

E' necessário estabelecer entre o Executivo e o Legislativo um funcionamento harmonioso. Um não pode tutelar o outro.

Por outro lado, a opinião das classes, das corporações, o parecer dos técnicos, deverão ser ouvidos através organismos de vida permanente, aos quais assista também o direito de iniciativa e de representação junto dos poderes do Estado.

A independência do poder judicial

XI — A independência do Poder Judicial é basilár no regime democrático. E basilár é também que o recurso à justiça, como o recurso à instrução, assim materialmente facilitados, para que se tornem um e outro acessíveis à generalidade dos cidadãos.

O Estado e as confissões religiosas

XII — O sentimento religioso é realidade iniludível que merece, em qualquer das confissões, a tolerância dos cidadãos, e, logo, a do Estado que a todos representa. Só o seu desvio para campo alheio, como o político, é reprimível; e, se o Estado laico não pode por forma alguma consentir nesse desvio, no mais alheia-se da vida religiosa, sendo-lhe vedado intervir, pelo respeito da liberdade de consciência, nas manifestações de pura crença confissiona-

que não sejam contrárias à ordem e à moral pública, resalvando, porém, sempre, aquela fiscalização indispensável ao exercício das funções do Estado, para que se não exorbite.

O Estado no ponto de vista internacional

XIII — A nação é territorialmente intangível e inalienável e estão à margem de todo o direito quaisquer intervenções estranhas em tudo o que a ela pertença.

Como salvaguarda ainda na vida actual dos povos, a existência da força armada, impõe-se, em nome da defesa nacional.

O pensamento da aproximação entre todos os povos

XIV — Sem embargo por nossa parte, de iniludíveis afirmações, de autonomia, e repelindo indignadamente insinuações malévolas em contrário, tão falhas de autoridade como de consistência, não esquecemos que paira sobre os povos cultos, após a guerra, o pensamento nobre de uma aproximação, do campo económico ao campo político; o que significa que também ambicionamos às novas gerações de portugueses que se criem e prosperem sob a égide magnífica da Paz mundial.

Tais os princípios fundamentais que norteiam o pensamento da Aliança Republicano-Socialista, tal a ideologia política, social, económica que julgamos ser nesta hora a própria ideologia democrática; e, sendo assim, é obvio que o nosso programa de acção consiste precisamente na propaganda de tais princípios, e no aproveitamento de todos os recursos legais para esta propaganda.

A revisão da Constituição de 1911 está, pois, evidentemente, nos nossos formais intuítos, de modo a estabelecer no Estatuto Fundamental da Nação aquela mesma doutrina essencial que, dentro dos limites acanhados de um manifesto, aqui oferecemos à consideração do País. Para essa revisão estatutária apelamos e para o regresso urgente à normalidade constitucional.

De resto, as doutrinas enunciadas apresentam-se na convicção de que sômente poderão e deverão converter-se em leis, depois de discutidas e votadas no Parlamento.

*

E' tempo de encerrar entre nós o ciclo das lutas violentas, repetidas a prazos cada vez mais curtos e com uma crueldade cada vez maior.

Queremos a luta política, sinal de vida, dentro da ordem e da disciplina, e alimentamos a esperança de que deixará de haver revoltados no dia em que deixar de haver quem oprima

Sente-se bem o anseio geral pelo regresso a um regime de direito em que todos colaborem no engrandecimento da Pátria, considerada esta como um bloco indiviso, metrópole e colónias, que tudo é e tudo vale como grandiosa afirmação do esforço português.

Somos homens de ordem, baseada na observância das leis, somos homens de leis, quando elas, formuladas por órgãos legítimos, são a expressão da vontade nacional. E reclamamos o restabelecimento das regras e preceitos que não permitem a licença e a desordem, justamente para que a sociedade se mantenha tão longe do cesarismo como da anarquia.

«Aliança Republicano-Socialista» é mais do que um título adequado a uma conjunção política, porque é — permitimo-nos dizê-lo — um símbolo e um exemplo.

Pois que ela reúne em si várias correntes de opinião republicana e em si incorporou os socialistas scientes de que a República é a expressão política do socialismo, como o socialismo é para muitos a expressão econó-

Dia a dia...

Festas Gualterianas—Dizem-nos que vão ser imponentes, este ano, as tradicionais Festas Gualterianas, que se realizam nos dias 1, 2 e 3 do mês próximo.

Folgamos que assim suceda, porque é necessário que alguma coisa dê *sinal de vida* à nossa terra.

*

Luz—A nossa Edilidade nomeou uma Comissão para tratar da iluminação pública.

Embora tarde, ainda vem a tempo desde que a referida Comissão resolva o assunto com *muita clareza e muito brilhantismo...*

*

O jogo da bisca—Temos notado que o *rapaz* joga as cartas nos passeios da via pública. Como o caso é desmoralizador, porque *«entra dinheiro»* na brincadeira, chamamos para êle a atenção da respectiva autoridade.

*

Teatro—Quázi tudo mudo, o que parece provar que Guimarães já desistiu dum teatro em condições. De vez em quando, ouvimos um *pio* isolado, mas o que é certo é que a intensidade de persistência desapareceu.

Nem a intervenção de S. Jerónimo tem feito despertar o brio e o bairrismo dos vimaranenses.

Que terra ideal!

*

Pela Polloia—Assumiu o Comando do Posto de Polícia, desta cidade, o sub-chefe Sr. João Machado, cargo que já exerceu, aqui, com bastante competência.

Esperamos que o Sr. Machado, cumpra e faça cumprir tudo o que estiver integrado nas suas atribuições. Continuar a obra que *herdou*, é atraiçoar a justiça, a moralidade e o bem estar do publico.

*

S. Torcato—Foi bastante inferior ao dos anos anteriores, o seu rendimento. Isto significa que ou há crise de fé ou crise de finanças. Nos tempos que vão decorrendo, não é de estranhar se houver um pouco de tudo...

mica da República, julgamos que está dado o primeiro passo para o triunfo do moderno espírito democrático em Portugal. Seja este o nosso símbolo.

Quanto ao exemplo, vem a resultar — afirmamo-lo com orgulho — da perfeita união, da inteira boa-fé, do desejo único de bem servir, que animam, nas atitudes tomadas e a tomar, os homens que chamaram sobre si, medindo bem as responsabilidades do momento, a tarefa de meter ombros ao revigoração da ideologia democrática no País.

Esperam êsses homens, como de princípio se disse, que os oiçam, os discutam, os advertam ou os corrijam; mas esperam também que os respeitem, porque a tanto lhes diz a consciência que tem, pela intenção que os anima, incontestável direito.

A Nação, pois, se dirige o Directório da «Aliança Republicano-Socialista» e aguarda serena e confiadamente, o seu julgamento.

Lisboa, 22 de Junho de 1931.

O Directório,

- Adriano Antão Crispiniano da Fonseca
- Amílcar Ramada Curto
- António de Almeida Azevedo
- Carlos Belo de Moraes
- José Francisco de Azevedo e Silva
- José Mendes Cabegadas Júnior
- J. M. R. Norton de Matos
- Mário de Azevedo Gomes
- Mário de Castro
- Maurício Costa
- Tito Augusto de Moraes

A escravatura branca

Há quem note exagêro aos comentários — por vezes ásperos — que «A Velha Guarda» faz a determinados episódios da vida humana. Falamos em «escravatura» para causticarmos certo modo miserável de viver... e muitos bocejam um sorriso vago de desdém.

Pois o «Daily Herald» aborda sem tibiezas o escândalo de escravatura que em certa região da Índia inglesa se vem fazendo para vergonha da civilização. Há ali crianças empenhadas e vendidas. E outras, de 5 anos, sobrecarregadas com o trabalho diário de 10 a 12 horas, a troco de 2 dinheiros (90 centavos)... não nos dão também a inquietante impressão da escravidão?

Não tenhamos dúvidas! A violência gera a violência. Num revoltado não há desequilíbrio, há um desacôrdo de consciência.

Câmara Municipal

Sessão de 1 de Julho

Lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Balanço:

Ficou inteirada do balanço dado pelo respectivo tesoureiro, municipal, relativo à semana finda em 27 de Junho, acusando os seguintes saldos:

Depósito na Caixa E. Portuguesa .	170.000\$00
Existência em dinheiro no cofre .	10.213\$71

Total 180.213\$71

Ofícios:

Do Administrador do concelho, acerca duma circular do Ministério do Comércio e Comunicações. — De Bernardino Jordão, Filhos & C.^a, dizendo que tendo conhecimento de que a Câmara desejava montar uma padaria, oferecia uma eléctrica mediante renda a estipular.

— Da Inspeção de pesos e medidas.

— Da Direcção Geral dos Hospitais civis de Lisboa.

Requerimentos:

Fôram aprovados vários requerimentos.

Projectos:

Aprovou o projecto de reparação e melhoramento do caminho publico no lugar de Cabo de Vila.

Deliberações:

Tomou diversas deliberações.

Orçamento:

Ordinário de Receita e Despesa da Câmara para o ano económico de 1931-32, foi pelo Vice-presidente apresentado somando a receita 1.884.994\$15 e a despesa igual importância.

Depois de discutido foi aprovado por unanimidade.

— Autorizou pagamentos.

Este número foi visado pela comissão de censura

Bem nos queria parecer

A imprensa publicou, há dias, que a Polícia de Informações fôra extinta pelo Governo, etc.

Afinal, não é nada disso. Sofre apenas uma remodelação, o que é diferente.

Na sua nova fase — diz o sr. Ministro do Interior — a *Polícia de Informações* continuará a ter um importante e decisivo papel na indispensável manutenção da Ordem Pública.

Confessamos: nunca acreditamos na notícia da extinção daquela corporação.

O sr. Coronel Lopes Mateus definiu o caso.

A dúvida é descabida. E os nossos leitores ficam ao correr das coisas.

Prêgando no deserto

por ARNALDO DE SOUSA LOBO

Novo jornal João Paulo Freire, um dos poucos jornalistas que vinham do tempo da monarquia e se conservavam indiferentes pela República, ingressou nesta.

Nada de anormal.

Mas há um facto que feriu a minha atenção: — foi o de a abraçar logo com carinho, estreitando-a bem, qual filha dilecta, dando-lhe tóda a sua energia e inteligência para a fazer maior, se é que é possível.

E apesar de poucos meses decorridos da sua adesão, já tem trabalhos que o acreditam como um militar, firme no seu posto, com quem se pode contar nas horas de luta e de sacrificio, quando Ela dêstes careça.

Sugeriu-me isto, já por todos demais sabido, a propósito de uma notícia que acabo de ler num jornal diário.

Segundo ela, vai dar-se à luz da publicidade um novo diário republicano, sob a sua direcção.

Será, pois, mais um clarim que bradará bem alto o nome venerando da República, que irá repercutir-se pelos cantos longínquos dêste torrão que é Portugal; e será mais um jornal que não encontrará impecilhos para triunfar, sabido como é o temperamento do seu director, tenaz e persistente.

*

Sessão de propaganda

Na conferência realizada em Coimbra pelo ilustre professor e jornalista, co director do «Primeiro de Janeiro» Dr. Armando Marques Guedes, vibrou de fé ardentemente republicana a alma do povo coimbrão que parecia adormecido.

Acordou do sono letárgico em que jazia, fazendo nascer novas energias, seiva redentora que há-de germinar e frutificar os homens de amanhã.

Com que prazer eu o constato.

A esta, outras sessões de propaganda republicana se seguirão, no qual o grupo de Estudos Democráticos, seu promotor, terá um papel de destaque.

«REVISTA PORTUGUESA DE COMUNICAÇÕES»

Este magnifico quinzenário por demais conhecido, e justamente apreciado nos meios cultos a que se destina, acaba de iniciar com o número agora publicado o seu terceiro ano de vida. E importa dizer, por incidência, que o faz de um modo brilhantissimo.

Superiormente dirigida de orante pelo nosso amigo Raul Esteves dos Santos, que à «Revista Portuguesa de Comunicações» tem dado o melhor dos seus desvelos, o n.º 49 que temos à vista, encerra uma colaboração esmerada e digna a todos os respeito do êxito que sem dúvida lhe estará reservado.

Cumpramos mencionar, entre os artigos que exornam as suas páginas, aquele em que o Sr. Eng. Cunha Leal proficientemente se ocupa da politica ferroviária em Portugal depois da guerra e um outro sobre Marinha mercante, firmado pelo Sr. comandante Guilherme Vidal, além de um terceiro artigo da maior oportunidade, sobre a Exposição Colonial de Paris.

Nova Parteira

Concluiu há dias na Faculdade de Medicina do Porto, o curso de Parteira, a nossa estimada contêrrânea Sr.^a D. Maria Amélia do Couto, irmã do nosso correligionário e amigo Sr. Artur Couto e filha do também nosso amigo e distinto solicitador Sr. João Couto.

A' nôvel Parteira, seus pais e irmãos, os nossos sinceros parabens.

Na terra dos papas...

Venta a discórdia entre católicos e fascistas. O Duce diz ao Vaticano inflamadamente os seus «porquantes» e «porquês». O Vaticano fala telegraficamente ao orbe do catolicismo. Acusa Mussuline de autorizar de novo em Itália a Maçonaria, etc.

Que pena!

Os cardeais transferem as ordens do Papa de fora das fronteiras italianas. Os correios mussulnicos não lhes merecem confiança.

E o Duce ri, a bandeiras despregadas. Não admira. Tem as costas quentes e — ipso facto — arma em cómico.

Nós também rimos... mas é do nariz enfiado dos «conserveiros». Estes pobres diabos são cataventos autênticos...

E uns tapados!...

Nem a «pico» se conformam com a lógica...

«O Filme»

E' o nome dum novo camarada que vê a luz da publicidade em Lisboa e se destina a dar incremento e a propagar, num todo critico-elucidativo, as vantagens civilizadoras do cinema. «O Filme», apresenta-se brilhante e proficientemente colaborado. O seu aspecto gráfico é óptimo.

Folgando com a visita do colega, agradecemos e vamos permutar.

II Rampa da Penha

Promovida pelo «Automóvel Club de Portugal» e coadjuvada por uma comissão composta dos senhores: Alberto da Costa Guimarães, António da Costa Guimarães, António de Sousa Lima e Francisco da Cunha Mourão, realiza-se no próximo dia 26 do corrente, a II corrida de *Rampa da Penha*.

E' grande o entusiasmo que se nota por esta arriscada prova, havendo já a adesão de alguns dos melhores volantes do Norte.

Há vários e valiosos prémios a conferir aos classificados nas diferentes categorias.

No próximo número, mais detalhadamente nos referiremos a esta interessante prova, que muito concorrerá para a propaganda da formosa montanha da Penha.

Vida Política

A infiltração de certos elementos nas fileiras republicano-socialistas

Começam a querer infiltrar-se nas fileiras politicas republicanas, abusando da boa fé do directório da Aliança Republicano-Socialista, criaturas que ainda ha pouco perseguiram republicanos ferozmente. A opinião republicana sente-se justamente alarmada e irritada por sete motivo, pois não quer que a Republica volte ao mesmo passado que tantos dissabores lhe produziu.

Esse movimento de infiltração da parte de monárquicos e de perseguidores de republicanos, não pode permitir-se.

Chamamos para êste facto a atenção do ilustre directório da Aliança Republicano-Socialista, porque há nomes já vindos a publico, cuja entrada nas nossas fileiras é verdadeiramente escandalosa e irritante.

(Da «República»)

Progressos da artilharia

Em Lisboa, aproveitou-se um môrro do Parque Eduardo VII, em frente do quartel de artilharia, para a construção dum modelo de abrigos de artilharia. Tem um observatório «camouflé», galerias subterrâneas para comunicações individuais e transmissões telefônicas, entradas abrigadas, plataformas, etc.

Um autêntico forte que as praças de artilharia construíram mesmo à porta do quartel.

Admiramos a vocação, acentuadamente militar, desta Unidade. Muito bem. E' assim que o Exército desempenha a sua missão.

Muito bem

Por determinação do Sr. Veterinário municipal, foi há dias mandado inutilizar por impróprio para consumo, grande quantidade de peixe exposto à venda.

Louvamos a acção das autoridades, que mostram zelar as funções de que estão incumbidas e pedimos-lhes que não descansem na fiscalização aos gêneros de 1.^a necessidade — infelizmente muito adulterados — e que não esqueçam uma vista de olhos à praça do mercado onde «regateiras pouco escrupulosas», expõem à venda, frutos ainda verdes.

Manuel Ferreira Guimarães

Vencido por uma doença fatal, veloz, faleceu na madrugada de 8 do corrente, ali na sua casa de Roma, êste nosso querido amigo e firme correligionário, cujo nome encima estas linhas de profunda saudade.

O extinto era um daqueles Republicanos que, em tôdas as conjunturas, sabem o que têm e o que querem... um Republicano intransigente... um Republicano puro... um Republicano dos tempos da propaganda.

Manuel Ferreira Guimarães tinha uma aparência de muita vida.

E no seu peito palpitava fundo um coração môço, um coração cheio de ardente fé no futuro da Republica. Era sempre, inflexivelmente, um soldado indefectível ao serviço da causa nobre da Liberdade. Nunca lhe surpreendemos no rosto franco o mais leve desânimo. Sempre a mesma fé. Fez parte da primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal que houve em Guimarães, após o advento da República.

De então para cá foi sempre avêso a situações de destaque, sempre modesto em todos os seus actos públicos.

Manuel Ferreira Guimarães tinha, nesta cidade, inúmeras relações e gosava geralmente de grandes simpatias nos meios Republicanos. Era um espirito leal e um amigo certo. Quantas vezes a sua experiência nos ensinou a vencer tantissimos obstáculos...

Pobre amigo!

«A Velha Guarda», arquiva o seu nome nas suas colunas e reserva-se o direito de o chorar. O seu nome será lembrado em todos os momentos de confraternização liberal.

A' família em luto, que chora de saudade a pessoa do extinto, envia êste jornal a mais sincera expressão da sua dor.

O funeral foi muito concorrido por individualidades de todas as categorias sociais, sobretudo correligionários e amigos do saudoso extinto. No Cemitério organizaram-se diversos turnos, entre os quais destacamos os seguintes:

- 1.º — Capitães Duarte Fraga e Manuel de Faria; Drs. Alfredo Fernandes, Manuel Bernardino, Mário Dias; Bernardino Jordão.
- 2.º — Drs. Guilhermino Rodrigues, João Oliveira Bastos, Moreira Sampaio, João Almeida; José de Pina, João Teixeira de Sousa Abreu.
- 3.º — Tenente Albano Cruz, Antonio Francisco Ferreira de Castro, A. J. Ferreira da Cunha, Francisco Gonçalves da Cunha, José Fernandes Guimarães, Alfredo de Sousa Feliz.
- 4.º — Antonio Carvalho Pastor, José Joaquim Pereira da Costa, Augusto Pinto Lisboa, Francisco Raimundo de Sousa Guise, Alberto Teixeira Carneiro, Antonio Barbosa Abreu Guimarães.

Pegaram ao caixão quatro Bombeiros Voluntários, sob o comando do Aspirante Henrique Gomes, os quais também representavam a respectiva Associação.

O melhor café é o d'A BRAZILEIRA

DEPOSITÁRIOS:

Francisco Joaq. de Freitas & Genro

Torrefacção primorosa
Todos os dias moído electricamente

70-TOURAL-73
GUIMARÃES

FABRICA DE PENTES DO RIBEIRINHO

FORNECEDORA DOS PRINCIPAIS
ARMAZENS EXPORTADORES

TELEFONE N.º 128

GUIMARÃES - Portugal

CASA DAS GRAVATAS DIAS & CARVALHO, L. DA

CHAPELARIA,
CAMISARIA E
GRAVATARIA.

43 - Rua da República - 47

TELEFONE N.º 188

GUIMARÃES

CARLOS DE LEMOS

(MARCA 54)

FABRICA DE CUTELARIAS
MIRADOURO - GUIMARÃES

Cutelarias em aço fino das
melhores procedências

PADARIA ALMEIDA

DE

José Mendes Guimarães

Rua Elias Garcia, 63

GUIMARÃES

Cereais e Farinhas

PHILIPS RADIO

OS MELHORES RECEPTORES

Representantes:

BERNARDINO JORDÃO, FILHOS & C.ª

GUIMARÃES

TELEFONE 22

Grande Armazem de Exportação

DE

Augusto Mendes

Rua de Gil Vicente

GUIMARÃES

Calçado,
Cutelarias
e Pentes

CASA DE SANTA TERESINHA

RUA DA REPÚBLICA, 122

GUIMARÃES

Papeleria e Livraria

Artigos Religiosos e

Objectos de escritório

Pasta dentifrica CORALIA

Sendo quimicamente neutra é a
única que dá aos dentes a
côr natural do marfim.

Telefone, 73

Vende-se em tôdas as farmácias e
perfumarias.

CASA HIGH-LIFE, Filial

de Benjamim de Matos & C.ª, L.ª

Toural - GUIMARÃES

Telefone, 64

O seu intento é, com os preços e qualidades de
todos os artigos que vendem, convencer o público
de que se esforçam o máximo para lhe fornecer
artigos bons e garantidos por preços razoáveis.
SECÇÃO DE MODAS.

Antiga Casa Patrício

DE

José Fernandes Martins

Praça D. Afonso Henriques

GUIMARÃES

Pão de Ló de Margaride (de Leonor
Rosa da Silva).
Especialidade em artigos
de mercearia fina.

A. J. Ferreira da Cunha

Praça D. Afonso Henriques

GUIMARÃES

Sortido completo em ferragens
finas e para usos industriais.

Papeleria Central

Telefone, 149

Praça D. Afonso Henriques

GUIMARÃES

Artigos fotográficos.

Única casa da especialidade.

Armazem de Mercearia

por junto e a retalho

DE

Francisco Lopes Martins

Rua de Gil Vicente - GUIMARÃES

Depósito de telha Marselha
e tubos de grés. Telefone, 101

GRANDE HOTEL DO TOURAL

TELEFONE N.º 74

O maior, o mais central e o mais
bem frequentado e confortável.
Serviço de mesa primoroso
para dieticos e não dieticos.

PENSÃO DE GUIMARÃES

DE JOAQUIM DA SILVA

19, Travessa de Camões, 21 - GUIMARÃES

Almoços a 8\$00. Jantares a 10\$00.
Diárias de 14\$00 a 25\$00.
Quartos excelentes e cozinha a por-
tuguesa. Iluminação eléctrica.

João do Couto Salgado

CHAMADAS - Telefone, 222

Mudou o seu escritório de
solicitador para
a Rua 31 de Janeiro, 111
GUIMARÃES

Fábrica de Guarda-sois e Chapéus

DE

FARIA & FERNANDES, L.ª
51, Largo Prior do Crato, 54 - GUIMARÃES
49, Praça D. Afonso Henriques, 50 (Filial)

Telefone n.º 89

Agentes oficiais dos pneus FIRESTONE
Representantes do capacho IDEAL

Oficina de Serralheria

DE

SEBASTIÃO MENDES

Rua de Vila Verde - GUIMARÃES

Encarrega-se da manufactura de toda a obra que
diz respeito à sua arte, tais como: Portais para
quintas, cozinhas de ferro, ramadas, etc., etc.
Especialidade em alicates, torqueras, fechaduras e pedrezes.

Leite & Figueiredo

Materiais para construções

Cal, tintas, vernizes, tubos

de grés e telha de Marselha.

Largo da Condessa do Juncaal - GUIMARÃES

CARREIRAS DE CAMIONETE

ENTRE GUIMARÃES E PORTO

João Ferreira das Neves

Escritório:

Casa Almérico Ferra

Toural - Guimarães

António Ferra, Filho

Largo D. Afonso Henriques

GUIMARÃES

Completo sortido em ferragens finas
e artigos de menage.

Escritório de Camionetes para o Pôrto

JOSÉ MENDES GUIMARÃES

R. de Gil Vicente, 71 - GUIMARÃES

Depósito da excelente palha tri-
lhada em fardos, bancas de
lousa para barreiros, oleados
e carvão de coke para cosinha.

Braga & Carvalho, Limitada

Praça de D. Af. Henriques - Guimarães

TELEFONE, 78

ARMAZEM DE MERCEARIA FINA
e Escritório das Camionetes para
Braga e Pôrto.

CASA IDEAL

DE Joaquim Leite Monteiro

Rua 31 de Janeiro n.º 28 e 30
Telefone n.º 181

Encarrega-se de concertos em tôdas as
Máquinas de escrever (qualquer marca).
Serviços garantidos. - Preços módicos.
Agente das Máquinas Smith e Corôna.

L. D'OLIVEIRA & C.ª

Rua da República

(Junta ao Banco do Minho)

GUIMARÃES

Completo sortido em tabacos
nacionais e estrangeiros.

LIVRARIA E PAPELARIA.

VALORES SELADOS.

Sapataria Elegante

DE

Artur d'Oliveira Sequeira

Largo Prior do Crato

GUIMARÃES

Especialidade

em calçado fino e concertos

MANUEL MACHADO

Miradouro - Guimarães

Marca 53 (Registada)

Fabrico de cutelarias.
O melhor no género.
Acabamento garantido.

Joaquim Ribeiro Moura

(Marca 35)

Pisca - GUIMARÃES

Telefone n.º 167

Fábrica de Cutelarias e Tecidos

Premiada nas várias exposições a que tem concorrido.

A título de experiência, aconselha-se
uma visita a esta acreditada casa.

FOTO - BELEZA

DE MANUEL ALVES MACHADO

Rua 31 de Janeiro, 97 - GUIMARÃES

GALERIA DE ARTE Telefone n.º 216

Executa com a máxima perfeição amplia-
ções em todos os tamanhos.
Acabamentos em trabalhos de amadores e
todos os serviços concernentes a esta arte.

Marca da Fábrica

SILVA: MARCA
5
GUIMARÃES

Registada

Endereço telegráfico:
SILVA 5-Guimarães

FÁBRICA DE CUTELARIAS: SILVA MARCA-5

A MELHOR DE PORTUGAL

Fundada em 1882

Premiada em tôdas as exposições a que tem concorrido

José Francisco da Silva, Filho & Genro

MIRADOURO - GUIMARÃES